



## Pode o idealismo fazer sentido na geografia física contemporânea? Um estímulo ao debate

*Can idealism make sense in contemporary physical geography? A stimulus to the debate*

Rodrigo da Cunha Pacheco  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, SP, Brasil  
E-mail para correspondência: rodrigo.pacheco@ifsp.edu.br

Recebido (Received): 29/06/2021

Aceito (Accepted): 13/02/2022

**Resumo:** Este artigo analisa se a adoção de uma abordagem idealista ontológica e pluralista para fundamentar a geografia física faz sentido na contemporaneidade. Constata que ela parte da intuição fundamental da consciência, mas pode ser fundamentada igualmente em termos filosóficos. Verifica também que o idealismo não implica necessariamente no solipsismo, reconhecendo uma realidade intersubjetiva, externa à consciência individual, porém ainda assim mental. Constata que nessa realidade se fazem presentes as ideias (informações) que constituem a natureza abordada pelas ciências positivas. Grande parte dessas ideias (informações) e suas relações podem ser descritas por fórmulas matemáticas e modelos diversos, pois se apresentam de forma padronizada. Defende-se que como toda a realidade possui unicamente a substância mental primitiva, a geografia física não é passível de separação da geografia humana por conta de objetos de estudo ontologicamente diferentes. Sob um paradigma idealista ontológico e pluralista a geografia física pode recepcionar elementos como o livre arbítrio e a criatividade enquanto fatores causais na fisiologia e na morfologia das paisagens; a geografia humana e a dinâmica cultural não são mais vistas como anomalias frente ao naturalismo. A unificação entre esses ramos da geografia pode ocorrer no plano teórico sem que se perca os benefícios da abordagem determinista na apreensão das ideias (informações) que se apresentam padronizadas na natureza e sem promover um reducionismo em relação a participação do livre arbítrio e da criatividade na dinâmica das paisagens. Esse idealismo representa também uma alternativa frente a algumas limitações teóricas da Teoria da Complexidade, mas pode com ela dialogar.

**Palavras-chave:** Geografia; Filosofia; Consciência; Natureza.

**Abstract:** *This article analyzes whether the adoption of an ontological idealist and pluralist approach to ground physical geography makes sense in contemporary times. It notes that idealism starts from the fundamental intuition of consciousness but can be grounded equally in philosophical terms. It also verifies that idealism does not necessarily imply solipsism, recognizing an intersubjective reality, external to individual consciousness, but still mental. It verifies that in this reality the ideas (information) that constitute the nature addressed by the positive sciences are present. Most of these ideas (information) and their relationships can be described by mathematical formulas and different models, as they are presented in a standardized way. It is argued that since all reality possesses only the primitive mental substance, physical geography is not susceptible of separation from human geography because of ontologically different objects of study. Under an ontological idealist and pluralist paradigm, physical geography can receive elements such as free will and creativity as causal factors in the physiology and morphology of landscapes; human geography and cultural dynamics are no longer seen as anomalies in the face of naturalism. The unification between both branches of geography can occur at the theoretical level without losing the benefits of the determinist approach in the apprehension of ideas (information) that are standardized in nature and without promoting a reductionism in relation to the participation of free will and creativity in the dynamics of landscapes. This idealism also represents an alternative to some theoretical limitations of the Theory of Complexity, but they can dialogue.*

**Keywords:** Geography; Philosophy; Consciousness; Nature.

## 1. Introdução

O papel das concepções filosóficas na fundamentação da geografia física não tem se constituído em tema muito popular entre os praticantes desse ramo da geografia, o que se torna ainda mais verdadeiro quando se especifica a abordagem do idealismo. Basta uma busca por trabalhos a respeito desses temas em livros sobre geografia física e se perceberá que são, no mínimo, escassos. O trabalho apresentado por Inkpen (2005) representa uma exceção a esse contexto geral, embora não fuja à regra quanto ao idealismo. Assim, quando se compara a presença das reflexões filosóficas na geografia física e na geografia humana, pode-se chegar facilmente à conclusão de que esse tipo de atividade é encontrada mais frequentemente nesta última do que na primeira, algo já observado por Inkpen e atribuído a uma timidez filosófica dos geógrafos físicos (op. cit.) – passaremos a adotar a designação de geógrafos físicos para nomear aqueles que se dedicam eminentemente às questões da geomorfologia, climatologia, biogeografia, pedologia, hidrografia e, no limite, análises de impactos ambientais.

Em artigo publicado ainda na década de 1990, Rhoads e Thorn (1994) analisaram a questão da presença da consciência filosófica entre os praticantes da geografia física, com ênfase no campo da geomorfologia; ainda assim, analisaram especificamente o realismo científico, o empiricismo pós-positivista e o construtivismo; o idealismo ontológico não foi mencionado. Os autores observaram que os geógrafos físicos usualmente evitam o processo de introspecção filosófica. A ênfase na dicotomia entre a geografia física e a geografia humana, para os autores, faz com que os geomorfólogos se sintam confortáveis em supor que as suas raízes filosóficas estão bem estabelecidas, pois se assentariam sobre as bases filosóficas da física e da química – como veremos, geralmente tomadas como modelo de cientificidade e denominadas como *hard sciences*. Em geral, os geógrafos físicos adotariam ou o positivismo lógico ou o racionalismo crítico.

Rhoads (2004) também analisou alguns aspectos importantes da geografia física norte-americana, bem como a sua integração com a geografia humana, levantando importantes questões que, ao presente juízo, derivam em grande parte da falta de uma concepção filosófica que permita unir, de forma coerente e efetiva, ambos os ramos. O autor reconheceu que o dualismo cartesiano ainda assombra a geografia, assim, a dicotomia tem persistido nessa ciência; ele também apontou para o fato de as discussões filosóficas serem escassas no âmbito da geografia física, com muitos geógrafos desse ramo aceitando, tranquilamente, até há pouco tempo, o título de positivistas. As diferenças aparentemente irreconciliáveis entre a geografia física e a geografia humana têm promovido, na prática, a desistência de qualquer formulação conceitual *a priori* de integração entre ambos os ramos da geografia e a tentativa de unificação acaba ocorrendo apenas na prática de estudos integrados, como matéria de fato.

No caso brasileiro, a situação não parece ser tão diferente com relação à pouca aderência às discussões filosóficas por parte dos geógrafos físicos, bem como em relação à dicotomia entre os dois grandes campos da geografia. Trata-se de uma herança intelectual da ação do paradigma clássico reducionista no domínio científico, segundo o qual, elementos humanos como a liberdade e a criatividade seriam anomalias no estudo da natureza, como se depreende de Morin (2005). Embora a abordagem sistêmica tenha ao menos contribuído para a realização de estudos integrados, a sociedade permaneceu sendo vista, na prática, como agente anômalo nos geossistemas, interagindo como elemento antrópico (NEVES; SODRÉ, 2021). Conforme Moreira (2011, p.46): “O grande problema (...) da dicotomização é (...) o esvaziamento que de um lado responde por hoje fazermos uma Geografia Física pura (...) e de outro lado uma Geografia Humana pura (...), sem a possibilidade teórica de nenhuma ponte de entrecruzamento”.

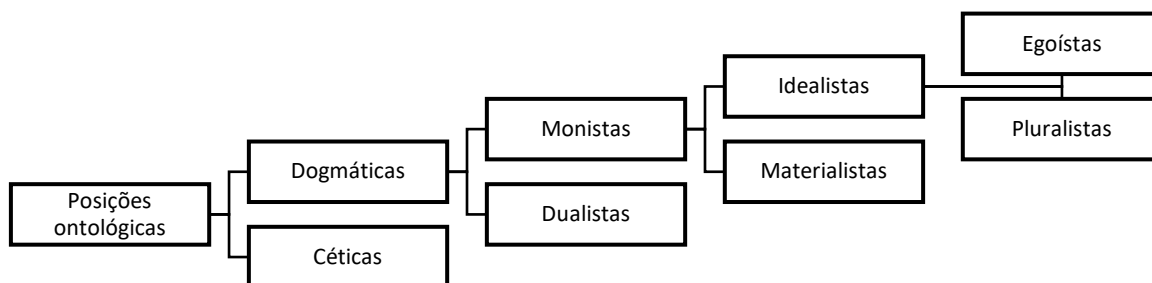
Nesse contexto de escassez de reflexões filosóficas no âmbito da geografia física e da dicotomia geográfica, o objetivo deste artigo é analisar se a adoção de uma abordagem idealista ontológica e pluralista para fundamentar a geografia física faz sentido no contexto contemporâneo. A hipótese defendida é que a forma de idealismo supracitado não é necessariamente incompatível com os objetivos da geografia física, permitindo-lhe preservar seus métodos, porém, com a vantagem de viabilizar a sua integração lógica com a geografia humana, sem impor a esta os limites do determinismo geográfico. Trata-se de uma tese necessária de ser debatida tendo em vista que, como será demonstrado, a visão idealista – ou alguns dos seus aspectos – tem sido reafirmada por parte de vários cientistas provenientes das ciências naturais.

Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se como metodologia de trabalho uma análise crítica das referências bibliográficas pertinentes. A discussão aqui proposta, por sua vez, inicia-se com a análise dos problemas filosóficos gerados pelo monismo materialista para o pensamento geográfico; em seguida, são apresentados alguns aspectos importantes do idealismo ontológico pluralista; posteriormente, vemos como o debate sobre o papel da consciência na realidade tem invadido o contexto científico contemporâneo; por fim, termina-se apontando os potenciais benefícios do idealismo ontológico pluralista para a epistemologia da geografia e a integração teórica dos seus dois grandes ramos de pesquisa, sendo analisado também como ele

se diferencia da proposta da Teoria da Complexidade, a qual visa igualmente superar o reducionismo clássico e tem sido mais debatida no meio acadêmico.

## 2. Problemas provenientes do monismo materialista e a irreconciliável união lógica da geografia

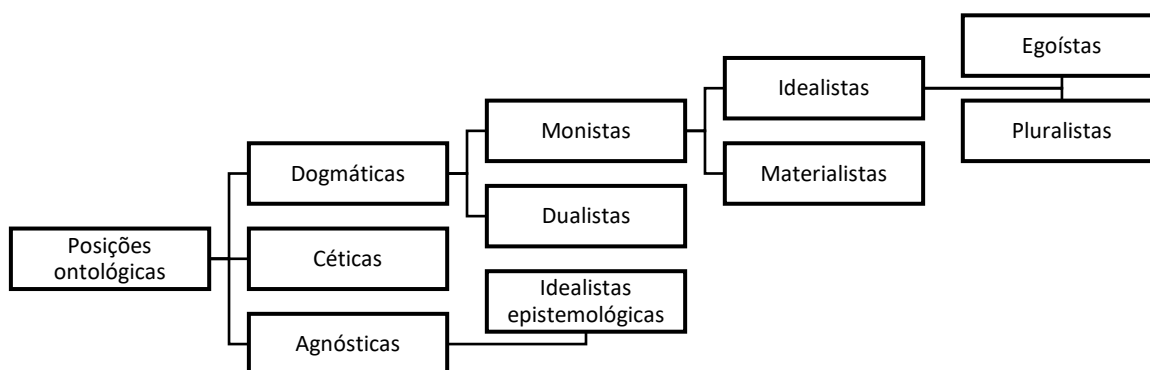
A dificuldade da conciliação lógica entre a geografia física e a geografia humana provém de uma questão muito maior que envolve a concepção filosófica sobre a realidade. Qualquer enfrentamento dela, portanto, deve passar por uma reflexão das visões filosóficas sobre o tema. Nesse sentido, conforme Guyer e Horstmann (2001), Christian Wolff apresentou, no século XVIII, um influente sistema de categorização das posições ontológicas existentes. Se observarmos essa classificação, poderemos nos beneficiar na organização dos conceitos (**Figura 1**).



**Figura 1:** Posições ontológicas classificadas por Christian Wolff de acordo com Guyer e Horstmann (2021). Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, temos que quanto à indagação sobre o que seria a realidade, duas posturas gerais podem ser assumidas: a postura positiva ou dogmática, na qual se afirma algo sobre a natureza última da realidade; ou a postura cética, na qual a resposta para essa questão não é considerada possível. Entre os dogmáticos que oferecem respostas para a pergunta a respeito da natureza da realidade existem os monistas e os dualistas, os quais se diferenciam da seguinte forma: os monistas afirmam que a realidade é constituída por uma única substância enquanto os dualistas aceitam uma realidade constituída por duas substâncias diferentes. Quanto aos monistas, eles se dividem em: idealistas, segundo os quais a substância fundamental da realidade é a mente, consciência ou espírito; e os materialistas, para os quais o elemento comum e fundamental da realidade é a matéria. Por fim, entre os idealistas, pode-se encontrar ainda duas derivações: os egoístas, segundo os quais a única realidade é a do sujeito (solipsismo) e os pluralistas, que admitem a existência de mais de uma mente, espírito ou consciência.

Gostaríamos de acrescentar à essa classificação, logo na primeira divisão – juntamente com a posição dogmática e cética – a atitude agnóstica; nela não se afirma nada a respeito da realidade fundamental, evitando-se uma ontologia positiva e atendo-se às relações dos fenômenos como percebidos. Tal postura acaba formando um idealismo epistemológico, pois reconhece que temos conhecimento somente das aparências nas quais o aparato cognitivo do sujeito possui função constitutiva da realidade percebida. Assim, a classificação geral das posições ontológicas poderia ser rerepresentada na forma da **Figura 2**:



**Figura 2:** Reclassificação das posições ontológicas a partir da concepção de Christian Wolff. Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando tais posições, é difícil precisar a visão ontológica predominante entre os geógrafos atualmente – uma pesquisa empírica sobre a questão permitiria essa caracterização. Não obstante, conforme apontado por Rhoads (2004), o fantasma do dualismo cartesiano ainda assombra a geografia. Nesse contexto, defendemos aqui que o monismo idealista pluralista seria uma forma coerente de concepção filosófica da realidade, bem como seria a ontologia mais adequada para a promoção da unificação lógica da geografia física com a geografia humana.

Quanto ao dualismo, de acordo com Reale e Antiseri (2004), Descartes concebeu a realidade como constituída de duas substâncias irreduzíveis: a *res cogitans* – a realidade espiritual – e a *res extensa* – a realidade material. Tal dicotomia enfrentou seu ponto culminante no ser humano, pois ao mesmo tempo este seria parte da realidade espiritual (*res cogitans*) e da realidade material (*res extensa*). Emergiu daí questões complicadas, como o questionamento sobre os mecanismos que a substância espiritual utilizaria para interagir com a substância material – daí o debate ainda presente no domínio científico sobre as relações mente-corpo – bem como a questão de como seria possível o espírito pensante conhecer o domínio material disposto na extensão do espaço (para os céticos, tal conhecimento seria sempre questionável).

Descartes, por sua vez, tentou evitar as dúvidas céticas sobre a possibilidade do conhecimento do mundo material apostando em um método baseado na assunção de que somente as ideias claras e distintas poderiam ser consideradas verdadeiras – isso porque esse método teria conduzido à primeira verdade indubitável: *Penso, logo existo*. Descartes deduziu então que Deus seria a garantia da existência dessas verdades no domínio material. Além disso, a doutrina filosófica cartesiana dividiu as propriedades do mundo material em primárias e secundárias: as primárias corresponderiam à extensão, enquanto as secundárias às propriedades sensíveis como a cor, o som e o sabor. Somente a extensão forneceria as verdades claras e distintas, logo, somente as verdades matemáticas sobre a natureza seriam factíveis. Assim, iniciou-se a concepção da natureza-máquina. Ao dualismo ontológico cartesiano, contudo, foram contrapostas as duas formas de monismo: o materialismo e o idealismo.

Podemos tentar então superar o dualismo cartesiano tanto adotando um monismo no âmbito do espírito (*res cogitans*), como aderindo ao monismo materialista (*res extensa*). O materialismo, porém, se tornou paulatinamente a ontologia dominante no campo científico. Ainda no século XVIII o barão de Holbach expôs a visão materialista e determinista em sua obra *Sistema da natureza*; para ele, absolutamente tudo seria redutível à matéria e às suas forças intrínsecas. Karl Vogt, por sua vez, repetindo o materialista francês Cabanis, chegou a afirmar que o cérebro secreta os pensamentos exatamente como o fígado secreta a bile. Conforme essa concepção mais tradicional de matéria, ela seria constituída tão somente por elementos sólidos e massivos, semelhantes a pedras, enquanto o que se chama de mente seria também algo material ou o resultado do movimento dos elementos materiais (BRITANNICA ACADEMIC, 2020).

O filósofo Raimundo de Farias Brito resumiu a concepção do monismo materialista em relação a existência da consciência da seguinte forma:

Tudo é matéria. E isto significa: a consciência é uma mentira e o que se chama consciência é apenas um clarão passageiro e fugaz, um relâmpago inerte e sem vida na noite infinita das evoluções da matéria; acidente sem valor, repercussão ilusória da realidade no vácuo, efeito apenas do choque dos elementos, vibração momentânea da sombra. Mas esse clarão, como simples aparência, como luz vacilante e incerta, sem consistência real e meramente fantástica, claridade diáfana e sutil que a matéria mesma reflete no nada, logo será desfeita ao sopro da tempestade e tudo voltará ao inconsciente; quer dizer: e tudo voltará ao nada (BRITO, 2006, p. 107).

O materialismo mecanicista foi impulsionado pelo positivismo no século XVIII, que tomou como modelo de cientificidade as ciências naturais. Dessa forma, mesmo as ciências humanas, representada pela sociologia, deveriam ser reduzidas a uma espécie de física social nos moldes de Auguste Comte. Tal situação representava um sério problema no campo dos valores e da cultura, já que os humanos teriam que ser reduzidos a simples máquinas. Conforme Dudley (2013), Friedrich Heinrich Jacobi já se posicionava no século XVIII contra o fatalismo provocado pela suposta existência exclusiva das causas eficientes (mecânicas). Conforme Jacobi, nessa perspectiva, a única função de um observador seria contemplar a ação das forças mecânicas e cegas; assim, o inventor de um relógio, por exemplo, não o teria de fato inventado (com o seu inexistente livre arbítrio), mas somente acompanhado sua produção pelas forças cegas da natureza. Tal raciocínio pode ser extrapolado para o campo ético ou do direito, levando à conclusão de que ninguém seria responsável por seus atos, já que estes seriam exercidos apenas pelas forças cegas de uma natureza exclusivamente determinista. Foi por isso que Brito (2006) denominou o materialismo fatalista, impulsionado pelo monismo metodológico positivista, de filosofia do desespero; ela provocaria somente obra

de demolição no âmbito social: “esse sistema é a forma mais completa e perfeita do que poderia chamar-se a filosofia do desespero (...). Uma doutrina de desespero só poderá produzir obra de desespero; uma doutrina de demolição só poderá demolir” (BRITO, 2006, p.107).

Não por um acaso o modelo de cientificidade promovido pelo positivismo foi contestado por parte dos historicistas e neokantianos no século XIX, os quais buscaram reconhecer uma especificidade nos seres humanos e, conseqüentemente, nas ciências humanas ou do espírito, como denominado por Dilthey. A ontologia materialista e o monismo metodológico positivista historicamente também se apresentaram como um problema para o projeto de uma geografia teoricamente unificada (que englobasse a geografia física e a geografia humana). Embora para a geografia física os monismos do materialismo e positivismo não representassem necessariamente um empecilho no estudo da natureza, para a geografia humana inviabilizava o estudo dos seres humanos enquanto agentes portadores de livre arbítrio e criatividade. De fato, Moreira reconheceu que: “Aparentemente (...) temos uma Geografia Física bem-sucedida pela proximidade com as ciências modelares” (MOREIRA, 2011, p. 20).

Conforme o modelo materialista e positivista, os seres humanos teriam que ser considerados apenas como mais um dos elementos determinados pela natureza; isso significa que deveriam ter uma abordagem mecanicista/determinista. Não surpreende, portanto, a constatação de Rhoads (2004) de que o início da geografia americana, no século XX, foi marcado pelo determinismo ambiental, promovido por pesquisadores oriundos das ciências naturais. A antropogeografia de Ratzel, na Alemanha, também alimentou esse pensamento determinista em geografia, repercutindo nas colocações deterministas de Ellen Semple nos Estados Unidos (MORAES, 1993). Apesar disso, como mencionado por Rhoads (2004), geógrafos como Carl Sauer e Richard Hartshorne buscaram posteriormente conduzir a geografia por outros caminhos nos Estados Unidos, enquanto os possibilistas franceses são frequentemente apontados como um contraponto ao determinismo geográfico na Europa (MORAES, 1993). Assim, aprofundou-se a dicotomia entre a geografia física – mais adaptada ao modelo tradicional de cientificidade – e a geografia humana – que ao recusar abordar os seres humanos somente pelos fatores mecanicistas, não pode ver seus métodos reduzidos aos das ciências naturais.

Percebe-se, portanto, que a dicotomia geográfica não é original, mas derivada da dicotomia entre as ciências em geral. A diferença é que, como o recorte do espaço geográfico é produzido tanto por forças naturais quanto sociais, não se pode, em geografia, simplesmente “esquecer” a existência de uma ou de outra; daí o problema aparecer de forma mais acentuada. Nesse sentido, cabe observar que apesar de o neokantismo e o historicismo terem favorecido a aceitação da especificidade das ciências humanas, restou no imaginário geral o modelo de cientificidade fundado no método das ciências naturais. Conforme Vasconcellos (2006), enquanto as ciências da natureza passaram a ser apresentadas como *hard sciences*, por serem, supostamente, mais rigorosas, as ciências humanas se tornaram conhecidas como *soft sciences*, por não atenderem plenamente ao modelo das primeiras. Assim, enquanto a geografia física estaria mais próxima do status de *hard science*, a geografia humana seria enquadrada como uma *soft science*.

Sob a ontologia cartesiana a unidade formal da geografia é inviável, portanto, estaríamos diante de duas ciências distintas, com métodos bastante heterogêneos; o único ponto de contato entre elas seria a perspectiva espacial. A ontologia materialista, por sua vez, não consegue promover a unificação lógica desses dois ramos, pois não conseguiu ainda desenvolver uma teoria e um experimento que demonstre univocamente que a consciência deriva da matéria (partículas subatômicas e suas forças); é por isso que permanece o difícil problema da consciência apontado por David Chalmers (1995). A rigor, se fossemos aplicar a ontologia materialista em sua plenitude, todas as ciências fundamentais em um conceito de ser humano com livre arbítrio, com aspectos irreduzíveis à física clássica determinista, teriam que ser enquadradas como pseudociências. Conseqüentemente, somente a geografia física poderia ser enquadrada como ciência enquanto a geografia humana teria que ser descartada. Esse seria o preço a ser pago pela adoção incondicional do monismo materialista; assim, a dicotomia cartesiana, tão criticada, acaba, na realidade, apresentando-se menos nociva. As duas únicas alternativas restantes seriam o agnosticismo e o idealismo.

A postura agnóstica quanto à ontologia não enxerga a possibilidade de o ser humano conhecer a natureza fundamental da realidade, pois o seu aparato cognitivo, ao mesmo tempo que permitiria o conhecimento de algo condicionado, limitaria a possibilidade do conhecimento pleno da realidade dele independente. Essa tradição, plenamente alimentada por Kant (2013), acaba resultando em um idealismo epistemológico, pois embora não defina a realidade última como mental, reconhece que a única realidade sobre a qual podemos ter conhecimento é constituída ativamente pela capacidade mental. Nos moldes estritamente kantianos, o idealismo epistemológico não pode fornecer o fundamento da unicidade da geografia, pois para as ciências dos fenômenos naturais restaria a abordagem determinista, quer ela fosse ditada pelo entendimento ou pelas leis necessariamente existentes que a faculdade do juízo reflexivo permitiria descobrir – possivelmente

outras formulações do idealismo epistemológico pudessem resolver esse problema, mas não poderemos enfrentar a tarefa dessa investigação neste trabalho. O idealismo ontológico, por sua vez, como já apontado, defende que podemos conhecer a realidade fundamental porque ela é exclusivamente mental; buscaremos, portanto, demonstrar que o idealismo ontológico é capaz de fundamentar a unicidade teórica da geografia.

Que o idealismo possa ser compatível com a geografia humana parece ser evidente – pode-se questionar a conveniência – já que permite conceber o ser humano como agente não determinado completamente por mecanismos rígidos da natureza material. A grande questão que se apresenta, portanto, é se o idealismo ontológico pode ser compatível com a geografia física – plenamente confortável com o materialismo ontológico. Nossa tese é afirmativa, o que abriria caminho para uma concepção lógica unitária da geografia.

### 3. Alguns aspectos fundamentais sobre o idealismo ontológico pluralista

A primeira questão necessária de ser esclarecida é que não existe exatamente uma única versão do monismo idealista ontológico, já que inúmeros filósofos buscaram construir sistemas distintos. Como o presente trabalho não tem o objetivo de adotar uma versão específica ou retrabalhar/desenvolver outra, sendo mais uma propedêutica da questão para o debate em geografia, não podemos caracterizar aqui, de forma plena, uma forma de idealismo ontológico pluralista; podemos somente desenvolver algumas noções fundamentais. A primeira e mais elementar que perpassa todas as formas de idealismo é a de que o fundamento da realidade se encontra na mente, consciência ou espírito (GUYER; HORSTMANN, 2021).

Conforme os autores supracitados, observando retroativamente, é possível encontrar na doutrina platônica das ideias uma versão antiga do idealismo; mas foi somente no século XVIII que o termo passou a ser utilizado para caracterizar determinadas doutrinas filosóficas centradas na mente. Evidentemente, os geógrafos físicos podem ficar intrigados a respeito de como uma proposta filosófica semelhante poderia recepcionar o ramo da geografia mais próximo das “*hard sciences*”; tal indagação pode ser alimentada pela falta de conhecimento a respeito do idealismo, muitas vezes compreendido em uma caracterização rudimentar – solipsista. De fato, a ciência da paisagem pressupõe a existência de um espaço externo onde ocorram os fenômenos da natureza; assim, a redução da realidade ao domínio mental pessoal pode soar como verdadeiro absurdo. A situação com o idealismo ontológico pluralista, no entanto, pode ser bem diferente, pois admite a realidade intersubjetiva, não plenamente controlada pela volição individual.

Para entendermos alguns elementos fundamentais do idealismo ontológico pluralista, torna-se conveniente o retorno às ideias de Descartes. Aliás, existem posições – não unânimes – que assumem que o idealismo somente se tornou possível a partir do movimento intelectual de Descartes rumo a subjetividade; mas para além dessa questão, pode-se considerar que Descartes criou, de fato, o motivo ou a razão para se defender o idealismo (DUNHAM; GRANT; WATSON, 2014). Assim, temos que Descartes manifestou uma intenção de alcançar tanto as verdades sobre a realidade quanto um método que conduzisse a elas. O caminho que ele encontrou para alcançar seu objetivo foi adotar a dúvida metódica, questionando tudo que fosse possível. Descartes pode verificar, como os céticos desde há muito vinham fazendo, que não poderíamos ter a certeza de verdades a respeito de um suposto mundo externo objetivo; sempre haveria a possibilidade de se levantar dúvidas (REALE; ANTISERI, 2004). Ele queria evitar exatamente a conclusão cética, posição essa que possui impactos mesmo na ciência atual, quando se tenta o aprofundamento na natureza ontológica da realidade. Inkpen (2005), por exemplo, observou que admitir uma realidade externa não significa necessariamente que seja possível aos cientistas compreendê-la como de fato ela é; situação que reduz o empreendimento científico apenas aos ganhos pragmáticos advindos da previsibilidade dos fenômenos e do desenvolvimento tecnológico.

Por meio de suas reflexões, Descartes pode descobrir o que considerou uma verdade imune a qualquer assalto cético, ou seja: *cogito, ergo sum* (DESCARTES, 1901). De fato, ninguém poderia duvidar ser algo que pensa, pois não haveria a mínima possibilidade de se duvidar sem o exercício da atividade do pensamento. Sobre essa verdade racionalmente inquestionável, Descartes buscou construir uma concepção coerente da realidade. A incontestável intuição do *self*, da consciência enquanto pura atividade que pensa e reconhece a si mesma, foi um ato não somente racional, mas proveniente da mais íntima experiência empírica interna e cotidiana que todos os seres humanos podem experimentar. Esse fato difícil de ser contestado por qualquer dúvida cética fez com que muitos, como Berkeley (1910), aprofundassem-se no campo do mental para dele derivar toda a realidade.

Conforme Berkeley (op. cit.), todo o conteúdo da realidade se resumiria em mentes (substâncias ativas) que percebem e ideias que são percebidas (mas totalmente passivas e produzidas pelas mentes). Berkeley denominou como ideias tudo que fosse possível de ser percebido pela mente, fossem elas originadas em qualquer dos sentidos humanos. Observou então que: “Pela visão tenho as ideias de luz e cores (...). Pelo tato



percebo o duro e o suave, o calor e o frio, o movimento e a resistência (...). O olfato me dá odores; o paladar me dá sabores; e a audição me transmite sons (...)" (BERKELEY, 1910, p. 29). O filósofo contestou firmemente a existência de ideias abstratas como substrato das ideias efetivamente percebidas pela mente, já que tal concepção seria absurda. O que seria um objeto sem as suas qualidades (cor, sabor etc.) perceptíveis pela mente? O que seria uma ideia abstrata de extensão sem as qualidades que a determinam? O que seria uma ideia abstrata de movimento sem algo que se move? O que seria a paisagem material para além das qualidades percebidas pela mente? As supostas ideias abstratas seriam apenas palavras aplicáveis simultaneamente às várias ideias concretas da mente – e não uma substância que por estar supostamente fora da mente seria impensável, ou seja, significando exatamente nada.

Nessa perspectiva, a doutrina materialista que postula a existência de formas materiais independentes da mente por trás das percepções ou ideias que percebemos apresenta-se formalmente como absurda para o idealista, já que elas teriam que ser, por definição, impensáveis (para estarem fora da mente); mas não somente isso, mesmo que tal substrato material existisse e fosse possível de ser pensado fora da mente (contradição), ele seria definitivamente incognoscível pela mente, ou seja, jamais poderíamos saber de sua existência. A verdade lógica para o idealismo é que jamais alguém conheceu (teve a percepção) de algo fora da mente e a realidade, por isso, necessariamente deve ser mental; constituída, conforme Berkeley, por um conjunto de consciências que atuam umas sobre as outras, transmitindo ideias.

Seria de se esperar que houvesse um questionamento sobre como o idealismo pluralista poderia falar na existência de outras mentes se a realidade a qual teríamos acesso seria somente a nossa própria mente – o *cogito* cartesiano; ou seja, como superar o solipsismo, muitas vezes ingenuamente considerado como inevitável dentro do idealismo. De acordo com Berkeley, de fato, empiricamente não conhecemos por meio das ideias outras consciências (que não podem se apresentar como ideias passivas, sendo elas ativas); porém as reconhecemos indutivamente, pois sabemos que a nossa mente produz ideias ao mesmo tempo em que nem todas as ideias que percebemos são produzidas por nossa mente; deduzimos, portanto, a partir de nossa experiência com a produção de ideias, que outras mentes produzem as ideias que percebemos, mas não são por nós criadas. Seríamos, assim, a própria imagem ou analogia de outras mentes capazes de igualmente produzirem ideias.

Quando se diz que a realidade é mental, portanto, não se cai inevitavelmente em um solipsismo. Dessa forma, sob um paradigma idealista pluralista, a arena da intersubjetividade onde as várias mentes se comunicam está também garantida. Isso significa que existe um campo de ideias intersubjetivas na realidade que pode ser pesquisado por pesquisadores nele interessados. Nesse campo estariam as ideias que formam a chamada natureza, abordada pelas ciências naturais. A existência de um campo intersubjetivo é importante para a viabilidade das ciências positivas, pois garante a possibilidade da comunicação entre os pesquisadores sob uma base comum. Esse seria exatamente o benefício identificado por Inkpen (2005, p.27, tradução nossa) para a assunção de uma realidade externa, como o materialismo permite: "O que a suposição de uma realidade externa fornece é uma base para a comunicação intersubjetiva – uma base para discussão dentro de uma estrutura comum". Dentro de um paradigma idealista ontológico pluralista, porém, a referência a uma realidade externa não implica em uma realidade independente da substância mental, mas sim em uma faceta da realidade mental ligada a ação de outras mentes que produzem ideias perceptíveis e independentes da volição individual de quem percebe. No caso da paisagem, por exemplo, esta seria o resultado da comunicação/transmissão de ideias/informações entre várias mentes.

Algumas interrogações importantes podem surgir ainda neste contexto, quais sejam: se a realidade é mental, todas as ideias (incluindo as sensações) seriam produzidas pelas diversas mentes que a compõem (inclusive as paisagens)? Em caso positivo, isso não implicaria na impossibilidade das leis naturais no campo da experiência intersubjetiva já que essas pressupõem a estabilidade na ocorrência das ideias (percepções)? A lei da gravidade, por exemplo, indica que sempre teremos a percepção de queda de um objeto quando lançado de uma determinada altura, mas se as ideias (percepções) são geradas por outras mentes, então essa regularidade não estaria comprometida na natureza, estando sujeita a volição?

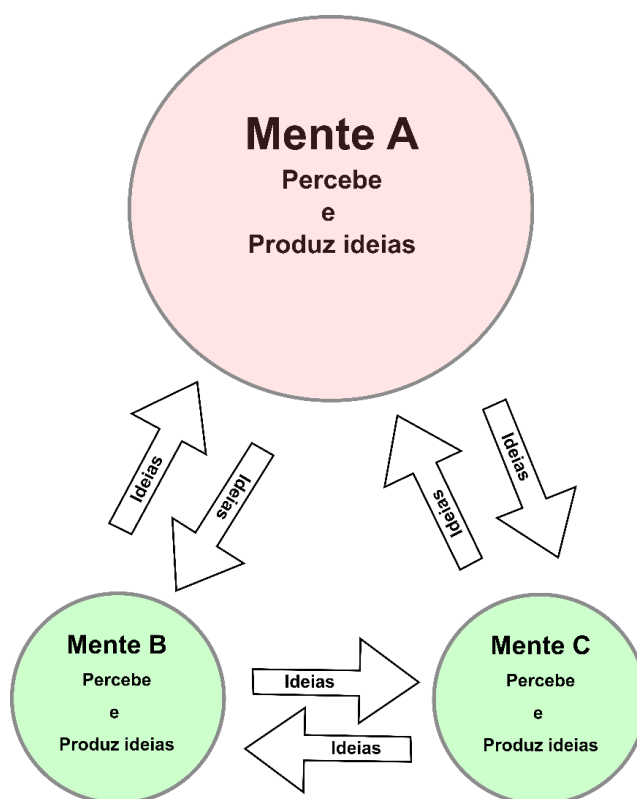
Conforme Berkeley, evidentemente, outras mentes exatamente como as nossas não seriam capazes de produzir todas as ideias que formam a natureza e que são impressas em nossas mentes. O idealismo pluralista não tem uma alternativa lógica, portanto, para explicar a maior parte da natureza a não ser reconhecer a existência de pelo menos uma mente mais capaz que a nossa (supermente), já que responsável por produzir a quase totalidade das ideias (percepções) as quais denominamos de natureza.

Tal supermente deve ser a última fonte de todas as ideias/percepções não produzidas pelas mentes particulares menos potentes como as nossas, bem como a responsável pela persistência das ideias perceptíveis quando não estamos observando. Essa mente teria que ser a causa da sequência de ideias

percebidas como a quase totalidade da natureza, já que uma ideia inerte não poderia ser a causa da outra – embora as ideias possam sim ser os sinais da sucessão de percepções regulares: “(...) a conexão de ideias não implica a relação de causa e efeito, mas apenas uma marca ou sinal da coisa assinalada. O fogo que vejo não é a causa da dor que sofro ao me aproximar dele, mas a marca que me avisa sobre ela (...)” (BERKELEY, 1910, p.69, tradução nossa). Embora a sucessão das percepções as quais chamamos de natureza sejam, na tese idealista, produzidas por uma mente mais potente, percebemos que tais sequências não se dão de forma completamente aleatória. Por isso podemos deduzir as chamadas leis da natureza, pois muitas sequências de percepções tendem a ocorrer de forma padronizada e regular:

(...) através de uma observação diligente dos fenômenos em nossa visão, podemos descobrir as leis gerais da natureza e delas deduzir os outros fenômenos; não digo demonstrar, pois todas as deduções desse tipo dependem de uma suposição de que o Autor da natureza sempre opera uniformemente, e numa constante observância dessas regras que tomamos por princípios: o que evidentemente não podemos conhecer (BERKELEY, 1910, p.93, tradução nossa).

Não se constitui um segredo que Berkeley era um religioso, assim, poderia possuir uma predisposição para aceitar a existência de uma mente suprema que as religiões costumam denominar como Deus – ele aceitava essa hipótese. De acordo com a visão de Berkeley praticamente todas as coisas que designamos pelo termo natureza nada mais seriam do que percepções em nossa mente de ideias produzidas pela mente superior. A ordem que vemos na natureza seria resultado da ordem da mente superior – isso significa que a natureza e a sua estabilidade seriam intencionais (**Figura 3**).



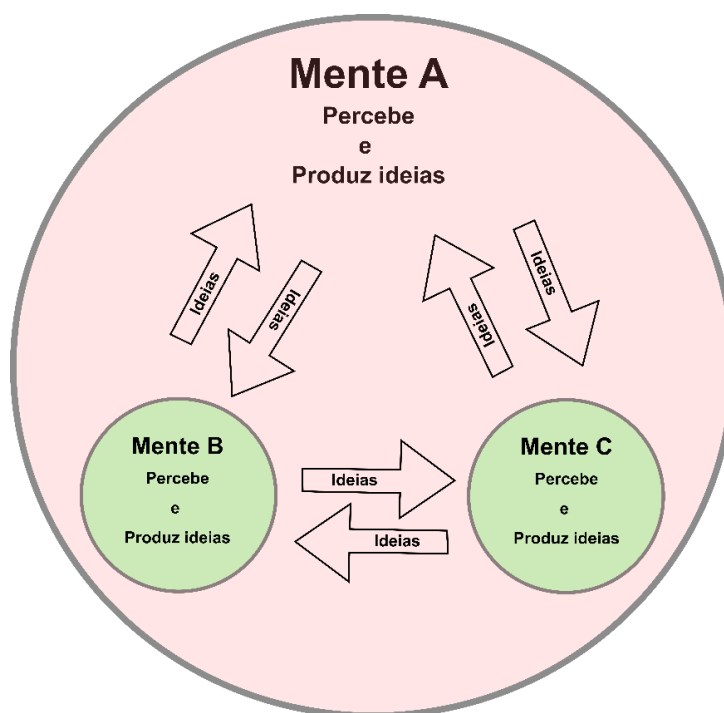
**Figura 3:** Idealismo ontológico pluralista de Berkeley. Fonte: elaborado pelo autor.

Existe, contudo, a leitura de Schopenhauer que identifica a realidade última como a vontade irracional ou arracional (GUYER; HORSTMANN, 2001) (poderia a supermente ser uma espécie de projeção holográfica semelhante à nossa, com uma porção racional e outra arracional responsável pelas supostas desordens igualmente presente nas percepções da natureza?); não poderemos, porém, enfrentar esse debate neste espaço. Gostaríamos de citar, contudo, que mais recentemente, Kastrup (2018a) concebeu a existência de uma única consciência que por meio de processos dissociativos daria origem às consciências particulares as quais, todavia, fariam parte dela. O processo dissociativo seria evidenciado pelo diagnóstico empírico do



alter ego nos estudos psiquiátricos. O idealismo ontológico pluralista proposto por Kastrup foi por ele denominado de idealismo analítico (**Figura 4**); conforme suas palavras:

Há somente a consciência cósmica. Nós, bem como outros organismos vivos, somos somente alter egos dissociados da consciência cósmica, cercados por seus pensamentos. O mundo inanimado que vemos ao nosso redor é a aparência extrínseca desses pensamentos. Os organismos vivos com os quais compartilhamos o mundo são a aparência extrínseca de outros alter egos dissociados (KASTRUP, 2018a, p.125, tradução nossa).



**Figura 4:** Idealismo ontológico pluralista proposto por Kastrup. Fonte: elaborado pelo autor.

Pois bem, chegamos neste ponto a uma questão complexa no contexto científico contemporâneo, profundamente influenciado pelo monismo materialista. A ciência moderna necessita de plena liberdade de pensamento e pesquisa para estudar todas as possibilidades possíveis de serem imaginadas a fim de compreender a realidade por meio da busca de evidências experimentais ou empíricas; não obstante, a história demonstra que por diversas vezes dogmas religiosos cercearam essa liberdade. Dessa forma, é compreensível que muitos se preocupem em não incentivar que essa história se repita. A consequência idealista pluralista da existência de uma supermente pode ser vista por muitos como um motivo de preocupação pelas razões já expostas.

Duas importantes considerações devem ser feitas, no entanto: a primeira é de que essa preocupação é legítima e fundamentada; a segunda é que não se pode cometer o erro de não se permitir a adoção de um paradigma somente pela preocupação que ele acarreta ou em nome de um preconceito também construído contra qualquer hipótese ou doutrina filosófica que possa conduzir ao reconhecimento de uma ação mental na natureza que não a humana – o monismo materialista não raramente se constitui em fonte desse tipo de preconceito (isso seria irracional e igualmente improdutivo para o desenvolvimento das ciências baseado na competição de paradigmas ou programas de pesquisas concorrentes).

O que deve ser feito dentro de um contexto científico livre e aberto ao debate é se tomar as precauções para que o pilar da ciência (liberdade de pensamento e de pesquisa) não seja comprometido por quaisquer preconceitos. Nesse sentido, em relação a um paradigma idealista em ciência – e por consequência em geografia – este teria que ser construído a parte de qualquer cerceamento por dogmas religiosos, sendo deles independentes. A comunidade científica e geográfica deveria estar madura ou amadurecer para isso, já que a tendência é que o idealismo se apresente novamente com crescente influência no mundo, já que surgem mais evidências em seu apoio, como passaremos a demonstrar adiante.

Antes, porém, gostaríamos de abordar também a questão de uma possível contingencialidade das leis naturais. Isso porque para o paradigma idealista pluralista, deduzimos essas leis a partir das repetições dos

fenômenos na natureza. Pois bem, tal situação não seria diferente com a adoção de um paradigma materialista, afinal, quem poderia garantir com absoluta certeza que as leis de uma natureza externa seriam para sempre imutáveis? David Hume já não havia atribuído, desde há muito, as regularidades que observamos na natureza e o conseqüente conceito de causalidade à força do hábito, sem qualquer garantia adicional, portanto? “Essa transição de pensamento da causa para o efeito não procede da razão, mas deriva sua origem inteiramente do hábito e da experiência” (HUME, 2003, p.93); prosseguiu Hume: “Como o hábito nos leva, em todas as nossas inferências, a transferir o passado para o futuro, todas as vezes em que o passado se mostrou inteiramente regular e uniforme esperamos o acontecimento com a máxima segurança, e não deixamos lugar para qualquer suposição em contrário” (op. cit.). Max Planck também alertou em relação à contingência das leis físicas: “(,,,) não temos o direito de assumir que existam leis físicas, ou se elas existiram até agora, que continuarão a existir de forma semelhante no futuro. É perfeitamente concebível que, um dia, a natureza possa causar um evento inesperado que nos deixaria perplexos” (PLANCK, 1931a, p. 58, tradução nossa).

#### 4. A emergência da consciência no cenário científico contemporâneo

Poderíamos nos questionar como geógrafos se a única justificativa para a formulação e adoção de um paradigma idealista na ciência (no caso em geografia física) seria filosófica. Pois bem, podemos considerar que o experimento da dúvida de Descartes não foi somente um experimento filosófico, mas empírico, de autopercepção. Todavia, se tal fato não for considerado um argumento suficiente, então poderemos verificar como o “problema” da consciência tem insistentemente invadido os domínios da física moderna e colocado o monismo materialista em situação complicada no próprio campo das ciências naturais.

Em 1931, Max Planck, agraciado com o prêmio Nobel de física, já reconhecia, por meio de entrevista, a consciência como o elemento fundamental da realidade: “(...) Eu considero a consciência como fundamental. Eu considero a matéria como derivada da consciência. Tudo sobre o que falamos, tudo que consideramos como existente, postula a consciência” (PLANCK, 1931b, tradução nossa). Posteriormente, Eugene Wigner, também agraciado com o prêmio Nobel de física, se manifestou no mesmo sentido, antevendo a revolução que está a caminho na concepção da realidade e da natureza como derivada da consciência:

Quando a província da teoria física foi ampliada para abranger fenômenos microscópicos, através da criação da mecânica quântica, o conceito de consciência veio à tona novamente: não foi possível formular as leis da mecânica quântica de uma forma totalmente consistente sem referência à consciência. (...) o próprio estudo do mundo externo levou à conclusão de que o conteúdo da consciência é uma realidade última (WIGNER, 2004, p.866, tradução nossa).

Henry (2005, p.29, tradução nossa) apontou que: “A revolução física mais recente (...) ainda tem que transformar o entendimento público geral (...)”; acrescentando que: “A descoberta em 1925 da mecânica quântica resolveu o problema da natureza do universo. Físicos brilhantes foram conduzidos novamente a acreditar no inacreditável – dessa vez que o universo é mental”. O autor reconheceu que existem tentativas de se preservar o mundo material, mas expôs que tais tentativas são improdutivas, não gerando ganho teórico algum, ou seja, não gerando física nova. Por isso afirmou: “O mundo é mecânico-quântico: devemos aprender a percebê-lo como tal”. O resultado dessa mudança de paradigma para uma concepção correta da realidade seria: “(...) a alegria resultante da descoberta da natureza mental do universo”. Assim o autor concluiu que: “O universo é imaterial – mental e espiritual (...)”.

Hameroff e Penrose (2014, p.40, tradução nossa) – este também agraciado com o prêmio Nobel de física em 2020 – têm trabalhado na tentativa de demonstrar uma teoria por eles formulada e que busca explicar a replicação da consciência no cérebro humano. Eles defendem a consciência: “como um ingrediente essencial das leis físicas, ainda não compreendida totalmente”; assim, para eles: “a consciência resulta de eventos físicos discretos; tais eventos sempre existiram no universo como eventos não cognitivos, eventos protoconscientes, estes agindo como parte de leis físicas precisas ainda não completamente entendidas”. Essa interpretação parece estar mais próxima de um pansiquismo que, ainda assim, representa um avanço em relação ao monismo materialista tradicional.

Mesmo o materialismo tradicional tem sido radicalmente revisto devido às últimas descobertas experimentais nas ciências naturais, dando origem ao conceito de fisicalismo. Este, sendo uma tentativa de manter o programa materialista com as devidas atualizações, enfrenta, todavia, sérios problemas de justificação, como visto em Stoljar (2021). Seu grande desafio consiste na delimitação do que seria a realidade física à qual a ciência experimental deveria se ater. Com o desaparecimento da matéria atômica

como realidade fundamental e indestrutível da física, tornou-se necessária a admissão de entidades e propriedades suprassensíveis como base do universo (ainda que fortemente matematizadas). O grande problema seria na delimitação das entidades passíveis de serem reconhecidas como parte da realidade; a missão acabaria ficando a cargo da teoria física que teria de definir os elementos da realidade; não obstante, uma vez que ela não é uma teoria completa, não faria sentido considerar como realidade somente o que a teoria física, hoje, reconhecesse como tal.

De toda forma, existem físicos e cientistas atualmente que consideram seriamente a hipótese de a realidade ser constituída tão somente de informações. É o caso de Max Tegmark que escreveu o livro “*Our mathematical universe: my quest for the ultimate nature of reality*”. Analisando a hipótese de Tegmark, Kastrup (2018b) fez as seguintes observações: “(...) Tegmark postula que o universo consiste puramente de números - informações não fundamentadas – mas sem nada a que anexar esses números. O universo supostamente é um "conjunto de entidades abstratas com relações entre elas" (KASTRUP, 2018b, p.343, tradução nossa). Evidentemente, a posição de que a realidade seria constituída somente por informações é incompleta e logicamente insatisfatória, pois toda informação somente pode ser assim considerada para uma consciência capaz de decifrá-la; quer dizer, o conceito de informação postula o conceito de consciência. Kastrup (op. cit.) expôs a questão da seguinte forma: “Portanto, a informação requer um substrato mental ou material para ser mesmo concebida de forma explícita e coerente. Dizer que a informação existe em si e de si mesma é o mesmo que falar em (...) ondulações sem água, de uma dança sem o dançarino (...)”.

Lanza, Pavsic e Berman (2020), por sua vez, defenderam uma visão biocêntrica da realidade, na qual o observador, logo a consciência, é a causa primeira dela. Assim, o Big Bang, por exemplo, poderia ter sido não o início de tudo, mas o fim da cadeia causal, determinado a partir dos colapsos promovidos por um observador. Isso porque experimentos da física quântica tem mostrado que os eventos passados podem ser determinados a partir de observações feitas no futuro, ou seja, fenômenos observados atualmente podem desencadear toda a lógica espaço-temporal do passado necessária para causá-los. De fato, o premiado físico John Wheeler revelou em entrevista concedida a Folger (2002) ter a intuição de que vastas partes do universo são constituídas por nuvens de incerteza por não terem interagido ainda com observadores conscientes ou matéria inanimada; tais espaços estariam indeterminados, ou seja, o passado ainda não teria sido construído porque não foi observado em um presente; assim, parte do passado ainda estaria por ser construído no presente e no futuro. Podolskiy e Lanza (2016, p. 663, tradução nossa), por sua vez, defenderam que: “a emergência da seta do tempo está diretamente relacionada com a natureza e propriedades do observador físico”.

Seria interessante, neste contexto, verificar uma reflexão moderna sobre a consciência, aqui tomada como sinônimo de mente ou espírito. Teríamos que ela se trata de uma atividade complexa de reconhecimento tanto da experiência interna quanto externa. Assim, embora Hameroff e Penrose não tenham a identificado em termos substanciais, caracterizaram-na por meio de suas atividades:

A consciência implica em reconhecimento: experiência fenomênica e subjetiva dos mundos interno e externo. A consciência implica em um senso do *self*, sentimento, escolha, controle do comportamento voluntário, memória, pensamento, linguagem, e (...) imagens internamente geradas e padrões geométricos. Mas o que a consciência realmente é permanece desconhecido. Nossas visões da realidade, do universo, de nós mesmos dependem da consciência. A consciência define nossa existência (HAMMEROFF; PENROSE, 2014, p.39, tradução nossa).

O objetivo da citação de tais cientistas, hipóteses e especulações não é, evidentemente, definir o que é verdade ou não no âmbito da física ou outras ciências, mas simplesmente demonstrar que a questão do papel da consciência na constituição da realidade tem sido seriamente considerada por iminentes pesquisadores da ciência contemporânea. Dessa forma, podemos nos questionar sobre o porquê de deixar a questão fora do debate no âmbito da geografia – em especial da geografia física. Por que deveríamos deixar não resolvida a questão do papel do livre arbítrio da consciência na dinâmica da paisagem geográfica? Seria apenas por uma timidez filosófica característica dos geógrafos do campo da geografia física (como apontou Inkpen)? Seria por mero preconceito propagado por muitos monistas materialistas às possíveis consequências do idealismo? Ou seria por certa falta de conhecimento dos próprios princípios básicos do idealismo? Para todos esses casos, o presente artigo representa um movimento de mudança, um incentivo ao debate sobre as possíveis implicações do idealismo ontológico pluralista para fundamentar as pesquisas geográficas.

## 5. Sobre quais seriam os benefícios do idealismo ontológico pluralista em geografia física e, por consequência, para a geografia.

Finalmente, chegamos ao momento de analisar os eventuais benefícios para a geografia física da existência de um programa de pesquisa fundamentado no idealismo ontológico pluralista. Como já exposto, para a geografia humana seria um empreendimento supostamente menos complexo, assim, se o paradigma idealista for compatível com a geografia física, então, teremos à disposição um paradigma capaz de unificar, em termos lógicos, ambas as ramificações da geografia, superando o dualismo cartesiano e o reducionismo materialista por meio de um monismo idealista.

Inkpen (2005) reconheceu que embora a tese de uma realidade externa seja aceita na geografia física, nela convivem diversas posições filosóficas. Em sua obra, o autor abordou quatro pontos de vista: o positivismo lógico, o racionalismo crítico, o realismo crítico e o realismo pragmático. Quanto ao idealismo, o autor reconheceu que é difícil encontrá-lo aplicado na geografia física, diferentemente do que ocorre na geografia humana. Isso porque em geografia física geralmente se considera que: “Os eventos no ambiente físico são determinados por outros eventos e mecanismos; trata-se de um universo determinista”. Dessa forma, prosseguiu o autor quanto à dificuldade de se encontrar a aplicabilidade da visão idealista em geografia física: “As suposições de se ser capaz de entender a realidade sem referência a algum ambiente externo e real são difíceis de encontrarem contraparte na geografia física”. O autor lembrou ainda que existem alguns pesquisadores os quais têm sugerido que a aplicação do idealismo na geografia física poderia se constituir em uma consequência das descobertas da mecânica quântica: “uma visão quântica-mecânica da geografia física implica uma visão idealista da realidade (...); tem havido poucas tentativas, se alguma, de implementar tais visões.” (INKPEN, 2005, p.26, tradução nossa).

Isso deixa claro não haver em geografia física uma tradição consolidada de pesquisas fundamentadas em um paradigma idealista – pelo menos no que se tem conhecimento – ao contrário da geografia humana onde existem abordagens – nem que sejam aquelas a partir de uma variação do idealismo epistemológico, como as abordagens da geografia cultural que partem da subjetividade. A dificuldade em geografia física, talvez, seja em se compreender que a realidade mental não implica em solipsismo, como já abordado. Existe espaço para uma realidade mental intersubjetiva onde se encontra a natureza e, muito embora não se possa considerar, a rigor, que uma ideia/percepção como a água cause efeito em uma outra ideia/percepção, como a erosão de um solo, deve-se reconhecer que uma percepção representa o sinal da outra; ou seja, em termos práticos, nada muda na concepção causal geográfica de que se pode seguir à percepção da água a percepção da erosão. Talvez, em nome do conforto psicológico e do hábito, poderíamos considerar, entre parêntesis, que a água causa a erosão do solo sem maiores problemas práticos. Mas é certo que eventuais problemas teóricos da aplicação do paradigma somente emergiriam com a sua implementação e o transcorrer do tempo. A expectativa, todavia, é de que poucas mudanças necessariamente teriam de ocorrer na forma como os geógrafos abordam a dinâmica natural das paisagens, com exceção de um elemento: os seres humanos.

É nas considerações sobre a ação humana na paisagem que a geografia física teria mais a ganhar com a adoção de um paradigma idealista pluralista (sem perder as conquistas de uma abordagem metodologicamente determinista e mecanicista). Isso porque a admissão de um agente consciente, portador de livre arbítrio e criatividade, seria aceitável por excelência dentro deste paradigma – isso não seria mera ilusão e tão pouco faria desse campo um saber menos científico. Dentro do paradigma idealista pluralista o livre arbítrio dos seres humanos é logicamente justificado como agente causal na dinâmica percebida nas paisagens. A geografia humana torna-se perfeitamente compatível com a concepção da natureza mental e, portanto, como característica plena da dinâmica das paisagens – não se trataria mais de uma anomalia no contexto científico como no materialismo. Acontece que a natureza, sendo resultado das ideias, mais as ações promovidas pelas mentes que as criariam, não seria o contraponto da consciência indeterminada, ou seja, uma realidade externa alheia à substância mental e exclusivamente mecânica.

Atualmente, com o desenvolvimento dos computadores, tem chamado a atenção de muitos a hipótese de que poderíamos viver em uma realidade virtual. Tal concepção se fez presente no meio popular inclusive por meio de filmes. Dizer que vivemos em uma simulação ou em uma realidade virtual e que a supermente responsável pela natureza seria uma espécie de supercomputador não seria uma analogia completamente adequada ao idealismo, pois poderia implicar que a nossa realidade seria uma ilusão. Para o idealismo seria exatamente o contrário: nossa realidade é a única realidade possível de ser concebida pelos seres conscientes e se houvesse outra realidade, nem mesmo poderíamos conceber sua natureza, já que o único conteúdo da palavra realidade que conhecemos é a realidade mental que vivenciamos. Não obstante, a noção de uma realidade virtual acaba sendo uma analogia grosseira e didática capaz de aproximar as pessoas para o conceito da realidade mental permeada pelas ideias/informações das mentes que a compõe.

Assim, dizer que a natureza é mental, feita pela percepção conjunta de ideias/informações das mentes que a compõe não significa dizer que vivemos em uma simulação ilusória, mas sim que essa situação constitui a própria realidade. Numa concepção idealista ontológica pluralista as paisagens geográficas são sistemas de sistemas de ideias/informações percebidas pelas mentes; as paisagens geográficas são sistemas de sistemas de ideias/informações produzidas por consciências, sendo que muitas delas possuem extrema regularidade, formando as imagens padronizadas por meio das quais deduzimos as chamadas leis naturais. Há de se observar, no entanto, que embora a resposta ontológica última a respeito da natureza da realidade seja dada pela concepção idealista ontológica na afirmação de que a realidade é mental, interessa também aos seres humanos compreender as regularidades das ideias/informações que compõem a natureza na forma de percepções; seja para fins práticos ou para fins puramente de conhecimento. Por isso a existência das ciências naturais – entre as quais parcialmente a geografia, por meio da geografia física – se justifica no idealismo; seus objetivos são descobrir as regularidades das ideias/informações passíveis de percepção e representáveis na forma de números, equações e modelos diversos que expressam os padrões de suas produções/concepções.

Torna-se interessante lembrarmos da *Crítica da Faculdade do Juízo* elaborada por Kant (2012), também um professor de geografia. Ele formulou uma espécie de idealismo epistemológico. Kant defendeu que a identificação de uma inteligência/entendimento como responsável pela uniformidade sistêmica na natureza seria resultado não de um juízo derivado da experiência, mas antes um princípio *a priori* da faculdade humana de julgar. Ele argumentou que tal princípio não seria um princípio determinante da natureza, mas apenas um princípio normativo da forma humana de julgar, preponderando na natureza o princípio constitutivo do determinismo; sendo assim, o entendimento identificado como fonte da uniformidade da natureza seria apenas um instrumento heurístico para auxiliar a reflexão, um *como se* existisse. Embora não se tenha aqui em vista o idealismo epistemológico de Kant, uma metodologia interessante a ser adotada por um programa idealista ontológico pluralista moderno na geografia física seria reelaborar o ponto de vista supracitado no seguinte aspecto: tomar o princípio do determinismo e mecanicismo na natureza como princípio tão somente heurístico ou metodológico, conveniente para a ciência e para a geografia física para fins de reflexão – ao invés de princípio necessariamente constitutivo da natureza ou realidade. Tal procedimento metodológico seria útil a fim de que se impusesse a busca, até os limites possíveis, dos padrões nas dinâmicas da natureza e, conseqüentemente das paisagens; portanto, tratar-se-ia de um princípio ou regra com fins limitados e utilitários – pois permitiria a produção de conhecimentos e tecnologias úteis no controle da natureza – reconhecendo-se, dessa forma que na natureza – e por conseguinte nas paisagens – existe por excelência o livre arbítrio, diretamente verificável por muitas ações humanas sobre as paisagens. Sabemos que tais proposições podem ser mal-recebidas por muitos adeptos do monismo materialista, todavia, são baseadas em razão e dados empíricos e, conseqüentemente, representam uma alternativa legítima em um contexto científico plural.

Seria conveniente nos questionarmos, ainda, sobre as diferenças entre as proposições idealistas e as proposições do pensamento complexo; este sim mais abordado por geógrafos, inclusive na geografia física. Enquanto o monismo do idealismo ontológico pluralista é positivo, no sentido de propor uma concepção da realidade última como sendo um substrato mental, o pensamento complexo não parece se comprometer com qualquer visão positiva a esse respeito. Caracterizado como uma *scienza nuova* por Morin, ele afirma que o pensamento complexo: “não oferece solução monista como se fosse a essência da verdade” (MORIN, 2005, p.54); ao contrário, ele parece se opor ao estabelecimento de uma ontologia positiva idealista: “Vamos tentar aqui um discurso multidimensional não totalitário, teórico, mas não doutrinário [...], aberto para a incerteza e superação; não ideal/idealista [...]” (MORIN, 2005, p.49).

A Teoria da Complexidade busca estar sempre aberta para a possibilidade de superação de concepções a partir da dialógica dos opostos. Parece-se mais com um agnosticismo, talvez compatível com um idealismo epistemológico, que nada diz sobre a realidade última. Não obstante, é um pensamento com maiores possibilidades de integração para a geografia em relação ao paradigma clássico com o seu reducionismo, admitindo inclusive o livre arbítrio: “É preciso reconhecer fenômenos, como liberdade ou criatividade, inexplicáveis fora do quadro complexo [...]” (MORIN, 2005, p.36). Esse reconhecimento é calcado, todavia, no desconhecimento da natureza da realidade enquanto substância, o que, por sua vez, não veda os indeterminismos.

A postura epistemológica do pensamento complexo de não cristalização definitiva de conceitos contribui para a abertura às novas concepções, enquanto seu reconhecimento de uma realidade como processo sistêmico tem contribuído para uma integração da pesquisa geográfica de forma não mutiladora. Baseia-se também na causalidade descendente, na qual o todo não é simples produto das partes, ao contrário, também atua sobre elas; reconhece, portanto, o emergentismo que produz novas propriedades em níveis hierárquicos

mais elevados dos sistemas. Trata-se de um paradigma em debate na geografia, como mostra os trabalhos apresentados por Gomes e Vitte (2010), Santos e Sousa (2017); Gomes e Lemos (2019).

A solução que o emergentismo pode propor, todavia, para o problema da consciência é ainda hipotético, pois a emergência da consciência a partir da interação dos neurônios não é uma constatação empírica “[...] os estudos da neurociência somente sugerem que a atividade mental é geralmente correlata com a atividade do cérebro” (BEAUREGARD; TRENT; SCHWARTZ, 2018, p.28 – tradução nossa). Sob o ponto de vista filosófico do pampsiquismo, ainda não há uma resposta para a questão de como a experiência consciente unificada dos seres humanos poderia emergir da relação de inúmeras protoconsciências fundamentais contidas já nos quarks e fótons; trata-se do problema da decomposição (CHALMERS, 2016). Assim, a unificação teórica entre o domínio do espírito e da natureza promovida pela visão emergentista e contida no pensamento complexo resta somente em bases hipotéticas pelo menos até o presente momento. O idealismo ontológico, por sua vez, acredita que sua tese de uma realidade mental primária não é advinda somente de uma hipótese fundamentada em teoria, mas também da experiência empírica mais primária que temos do *cogito, ergo sum*; estaria, assim, em posição científica mais embasada para se opor ao materialismo/fisicalismo reducionistas e com menor grau de abstração (sendo mais parcimonioso).

Cabe observar ainda, em relação ao que se é chamado de matéria que compõe a natureza, que o idealismo ontológico a deriva da mente; portanto, a “natureza material” seria apenas uma manifestação específica de um processo mental. Kastrup, por exemplo, defendeu que: “[...] o que chamamos de ‘matéria’ pode ser parsimoniosamente construída como padrões fenomênicos de excitação da mente, a matéria está em par epistêmico com a mente e pode [...] ser reduzida à esta pois ambas já residem no mesmo domínio ontológico” (KASTRUP, 2018b, p. 346, tradução nossa). Tal concepção seria consistente e análoga à forma como a física tem tentado reduzir os fenômenos naturais e sua dinâmica a um substrato primário autoexcitatório, como os campos quânticos ou as supercordas, por isso, o aparato matemático delas poderiam ser transpostas ao substrato mental (KASTRUP, 2018a).

Dessa forma, a aplicação do monismo idealista pluralista como pedra ontológica fundamental de uma teoria geográfica da paisagem poderia se constituir em uma alternativa em relação ao pensamento complexo, para que os estudos geográficos possam recepcionar, sob outra perspectiva, a um só tempo, elementos como a contingencialidade, criatividade, liberdade e os padrões que se apresentam e são apreendidos como leis naturais; todos legitimamente atuantes na fisiologia das paisagens em uma concepção harmônica e integradora. Isso não significa, contudo, que o diálogo entre ambas as propostas teóricas não possa ser mutuamente enriquecedor, já que existem pontos em comum nas duas visões filosóficas. Poderíamos assim nos questionar, por exemplo, sobre o que o idealismo ontológico poderia absorver do pensamento sistêmico e complexo. Em um primeiro momento, parece que não há incompatibilidade formal entre a tese idealista ontológica pluralista e o funcionamento sistêmico da natureza e, portanto, da fisiologia das paisagens enquanto sistemas; exceto que a consciência não seria concebida como produzida pelo fenômeno da emergência sistêmica dentro de uma natureza fundamentalmente inanimada, como acidente do acaso, numa causalidade ascendente cega; ao contrário, ela seria o substrato primitivo. Aprofundar-se nos desdobramentos desse idealismo para além das paisagens terrestres não seria o objetivo na geografia; dentro dos limites dessa ciência, no entanto, o trabalho está todo por ser feito.

## 6. Conclusões

Existe um desconforto teórico na geografia para aqueles que vão além de suas aplicações pragmáticas. Sob o paradigma clássico utilizado nessa ciência, fundamentado no monismo materialista, aspectos humanos como o livre arbítrio e a criatividade apresentam-se como anomalias frente ao determinismo contido nas ciências naturais. Para não ficar presa ao passado determinista, no entanto, a geografia desenvolveu dois grandes ramos: a geografia física e a geografia humana. A primeira, mais adaptada a abordagem mecanicista, distanciou-se da segunda, cujos métodos de pesquisa e premissas não puderam reproduzir plenamente o que era feito no estudo da natureza. A situação pareceu melhorar com a adoção da abordagem sistêmica e seu olhar mais holístico, impulsionada pela crise ambiental. A união, todavia, se deu mais em termos pragmáticos, de se realizar estudos sobrepostos, do que no campo da teoria geográfica; assim, é comum encontrar a sociedade e suas produções atuando, na teoria, somente como fatores antrópicos nos geossistemas, como se no fundo, fossem um corpo estranho. A dicotomia, no entanto, não é originária da geografia, mas de um paradigma mais amplo popularizado no ambiente acadêmico e que separou as ciências naturais das ciências humanas. Como a geografia estuda o espaço da superfície terrestre e nele encontramos tanto os humanos como os demais elementos da natureza atuando, ela não pôde ignorar nenhum deles, sendo



ou uma ciência exclusivamente da espacialidade humana (geografia humana) ou da espacialidade dos demais elementos da natureza (geografia física).

Partindo da lógica de um paradigma materialista, a união entre ambos os campos da geografia teria que ser feita com a subordinação dos aspectos humanos aos demais aspectos naturais, o que geraria o determinismo desde há muito rechaçado. Por isso, podemos afirmar que a lógica do monismo materialista não tem se mostrado compatível com a realidade contida no espaço geográfico e este, por ser uma realidade empírica, invalida as premissas do primeiro, e não o contrário. O idealismo ontológico pluralista, por sua vez, não considera a matéria inerte como o substrato da realidade, mas sim a mente ativa ou a consciência. Sendo a matéria derivada de uma forma de consciência, isso significa que na natureza existem não somente padrões, mas também livre arbítrio e criatividade, ou seja: sob essa forma de idealismo a criatividade e livre arbítrio manifestados nos seres humanos não são tomados como anomalias em relação ao mundo natural determinístico, mas sim atributos que lhe são intrínsecos.

O idealismo ontológico pluralista permite, portanto, a natureza recepcionar o ser humano em sua plenitude como um elemento não mutilado, logo, a geografia física de recepcionar a geografia humana como parte plena da morfologia e fisiologia das paisagens. Avanços na física contemporânea tem demonstrado para muitos de seus praticantes que o conteúdo da consciência é uma realidade última na natureza, o que faz do idealismo não mais uma doutrina sem algum fundamento na física; assim, sua adoção em um programa de pesquisa em geografia não precisa ser vista necessariamente como contrariando as noções mais básicas do domínio científico. Ainda que não fosse essa a realidade na física, porém, a fisiologia das paisagens terrestres seria um fenômeno indicativo da necessidade de outras ciências exclusivamente deterministas reverem seus conceitos, a fim de recepcionarem o fenômeno da consciência ao invés de bani-lo do domínio científico. Vislumbramos, portanto, o idealismo ontológico pluralista como compatível com as pesquisas tanto em geografia física quanto humana, constituindo-se, assim, em uma alternativa teórica de união entre ambos os ramos dessa ciência.

## Referências

BERKELEY, G. **A treatise concerning the principles of human knowledge**. Chicago: The Open Court Publishing Company, 1910.

BEAUREGARD, M.; TRENT, N. L.; SCHWARTZ, G. E. Toward a postmaterialist psychology: theory, research, and applications. **New Ideas in Psychology**, v. 50, p.21-33, 2018.

BRITANNICA ACADEMIC, s.v. Materialism. **Britannica Academic, s.v.**, 2020. Disponível em: <<https://academic-eb-britannica.ez338.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/materialism/108680>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRITO, R. DE F. **O mundo interior**: ensaio sobre os dados gerais da filosofia do espírito. Brasília: Senado Federal e Conselho Editorial, 2006.

CHALMERS, D. J. Facing up the problem of consciousness. **Journal of Consciousness Studies**. v.2, n.3, p. 200-219. 1995.

CHALMERS, D. J. The combination problem for panpsychism. In BRÜNTRUP, G.; JASKOLLA, L. (eds.). **Panpsychism**, Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 179-214.

DESCARTES, R. **The method, Meditations and Philosophy**. New York: Tudor Publishing Co., 1901.

DUDLEY, W. **Idealismo alemão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DUNHAM, J.; GRANT, I. H.; WATSON, S. **Idealism**: the history of a philosophy. New York: Routledge, 2014.

FOLGER, T. Does the universe exist if We're not looking? **Discover Magazine**, 2002. Disponível em: <<https://www.discovermagazine.com/the-sciences/does-the-universe-exist-if-were-not-looking>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

- GOMES, R. D.; VITTE, A. C. A geografia física e o objeto complexo: algumas flexibilizações do processual. **Geosul**. v.26, n. 50, 2010. doi: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2010v26n50p8>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- GOMES, R. D.; LEMOS, J. E. DE. A paisagem percebida por um sistema complexo. *Revista do Departamento de Geografia*, 38, p.1-16. doi: <https://doi.org/10.11606/rdg.v38i1.154573>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- GUYER, P.; HORSTMANN, R. Idealism. In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2021 Edition)*. 2021. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/idealism/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- HAMEROFF, S.; PENROSE, R. Consciousness in the universe: A review of the ‘Orch OR’ theory. **Physics of Life Reviews**. v.11, n.1, p. 39-78, 2014.
- HENRY, R. C. The mental universe. **Nature**. v. 436, n.29, p. 29, 2005. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/436029a.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- INKPEN, R. **Science, philosophy, and physical geography**. New York: Routledge, 2005.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KASTRUP, B. The universe in consciousness. **Journal of Consciousness Studies**, v.25, n.5-6, p. 125-155, 2018a. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/contentone/imp/jcs/2018/00000025/f0020005/art00006>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- KASTRUP, B. Conflating abstraction with empirical observation: the false mind-matter dichotomy. **Constructivist foundations**. v.13, n. 3, p. 341-361, 2018b. Disponível em: <<http://constructivist.info/13/3/341>>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- LANZA, R.; PAVSIC, M.; BERMAN, B. **The grand biocentric design: how life creates reality**. Dallas: BenBella Books, Inc., 2020.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro, vol 1: as matrizes clássicas originárias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NEVES, C. E. DAS; SODRÉ, M. T. Por um geossistema complexo: articulações teóricas e operacionais apoiadas por núcleos e redes de pesquisa. **Revista do Departamento de Geografia**, 41(1), 2021. doi: <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.169705>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- PODOLSKIY, D.; LANZA, R. On decoherence in quantum gravity. **Annalen der physik**, v. 528, n. 9-10, p. 663-676, 2016. doi: <https://doi.org/10.1002/andp.201600011>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- PLANCK, M. **The universe in the light of modern physics**. London: George Allen & Unwin Ltd., 1931a.
- Planck, M. Interviews with great scientists, Part VI. [Entrevista concedida a] J. W. N. Sullivan. **The Observer**, London, p.17, janeiro, 1931b.
- REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: do humanismo a Descartes**. São Paulo: Paulus, 2004.

RHOADS, B. L.; THORN, C. E. Contemporary philosophical perspectives on physical geography with emphasis on geomorphology. **The Geographical Review**. v.84, n.1, p. 90-101, 1994.

RHOADS, B. L. Whither physical geography? **Annals of the association of American geographers**. v. 94, n. 4, p. 748-755, 2004.

SANTOS, F. A.; SOUSA, R. S. A abordagem da teoria da complexidade na ciência geográfica: reflexões teóricas. **Revista Clóvis Moura de Humanidades**. v.3, n.1, p. 40-56, 2017. Disponível em: <<https://revistacm.uespi.br/revista/index.php/revistacmuespi/article/view/105/54>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

STOLJAR, D. PHYSICALISM. In: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2021 Edition)**, 2021. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/physicalism/>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papirus, 2002.

WIGNER, E. Remarks on the mind-body question. In: J. Heil (ed.). **Philosophy of mind**: a guide and anthology. New York: Oxford University Press, 2004, p. 866-877.



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).